



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007426-63.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Arivaldo Soares de Oliveira**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 27 de janeiro de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 780/13

VISTOS

ARIOVALDO SOARES DE OLIVEIRA ajuizou

Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, ter sido vítima de um acidente de trânsito no qual sofreu lesões de natureza grave, que resultaram sua Invalidez Permanente. Alega ter recebido um valor, a título de indenização, incompatível com a legislação (Lei nº 11.482/07). Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença do valor determinado pela lei, relativo ao seguro DPVAT. Juntou documentos a fls. 06/12.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa acenando, preliminarmente, com sua ilegitimidade passiva. No mérito,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

sustentou em síntese, que: 1) o requerente já teve a pretensão satisfeita, uma vez que recebeu a indenização em comento; 2) a tabela veiculada pela Lei nº 11.945/09 não pode ser afastada pela vontade das partes; 3) não existe nos autos prova produzida acerca do grau de invalidez e sua extensão, de modo que, de acordo com a súmula 474 do STJ, há necessidade de tal apuração, tendo em vista que a indenização será paga de forma proporcional. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

O autor deixou de se manifestar em termos de réplica (fls. 45).

Pelo despacho de fls. 101, foi determinada a produção de provas. A requerida manifestou seu desinteresse e o autor pediu prova pericial.

Pelo despacho de fls. 52 foi determinada perícia médica via IMESC.

Ofício emitido pelo referido Instituto foi encartado a fls. 68, dando conta do não comparecimento do autor na perícia designada.

Pelo despacho de fls. 71 foi encerrada a instrução.

Alegações finais do autor vieram as fls. 73 e ss. e pela requerida as fls. 81 e ss.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

O autor se envolveu em acidente automobilístico



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

no dia 28/10/2011. Esse infortúnio resultou no diagnóstico relatado no documento de fls. 12, mais especificamente uma “fratura exposta de calcâneo D”.

Relata o autor na inicial (cf. fls. 02) que já recebeu administrativamente o montante de **R\$ 1.687,50**.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (in verbis).

Tem ela **aplicação in casu**, uma vez que o acidente se deu em 03/07/12, ou seja, durante a sua vigência.

Como no presente caso, o autor deixou de comparecer à perícia agendada pelo IMESC (cf. fls. 68) sem trazer aos autos qualquer justificativa, e se limitou a exibir documento médico que não indica o grau de invalidez experimentado, não há como reputar injusto o montante desembolsado pela seguradora.

O entendimento sumulado nº 474 do STJ – consta que “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao **grau da invalidez**.”

Como o autor já recebeu R\$ 1.687,50, nada mais tem a receber.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Sucumbente, arcará o autor com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 822,00, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**